C. Valor de Obligação do Vaticano II

Montini impôs aos fiéis a aceitação do ensinamento não apenas de *Dignitatis humanae*, mas de todos os textos conciliares. Em seu discurso de 12 de janeiro de 1966, ele afirmou: "O concílio atribuiu aos seus ensinamentos a autoridade do magistério supremo ordinário, o qual é tão manifestamente autêntico que deve ser acolhido por todos os fiéis segundo as normas estabelecidas pelo concílio, considerando a natureza e o propósito de cada documento".

Montini fez anexar a *Lumen gentium* uma declaração que já havia ordenado ser lida na aula conciliar por Felici, secretário do conciliábulo. "Perguntou-se qual qualificação teológica deve ser atribuída à doutrina exposta neste esquema. A comissão doutrinal respondeu que se baseia nas regras gerais conhecidas por todos, e remete à sua declaração de 6 de março de 1964: 'Considerando o costume conciliar e o propósito pastoral do presente concílio, este sagrado sínodo define que a Igreja deve reter apenas os elementos relativos à fé e aos costumes que ele declarou abertamente como tais'".

O vocabulário utilizado em *Dignitatis humanae* indica claramente que a liberdade religiosa é um "elemento relativo à fé e aos costumes" (§ 10: "Portanto, é plenamente conforme ao caráter próprio da fé que, em questões religiosas, seja excluída qualquer forma de coerção").

> E outro texto conciliar que deve ser considerado como relacionado à fé é o decreto sobre o ecumenismo Unitatis redintegratio. Pois o esquema preparatório desse decreto foi aprovado pelos Padres em 1º de dezembro de 1962 da seguinte forma: "Após a conclusão do exame do decreto sobre a unidade da Igreja, os Padres do concílio o aprovam como um documento que reúne as verdades comuns da fé" (in: Documentos conciliares. Concílio Ecumênico Vaticano II. A Igreja. O ecumenismo. As Igrejas orientais, Centurion, Paris 1965, p. 166). Dignitatis humanae e Unitatis redintegratio, além das duas constituições dogmáticas Dei Verbum e Lumen gentium, que contêm elementos relacionados à fé, devem ser "mantidos" (Comissão doutrinal, 6 de março de 1964, citado acima).

Todo este conciliábulo tem "um valor particular de obrigação" (Wojtyla, 1º de setembro de 1980). Este conciliábulo é, para os conciliares, O concílio por excelência. Tem, aos seus olhos, uma infalibilidade e um valor de obrigação que ultrapassa em muito todos os outros concílios. Montini exclamou indignado: "Como hoje alguém poderia se comparar a São Atanásio [alusão a Monsenhor Lefebvre] enquanto ousa combater um concílio como o Segundo Concílio do Vaticano, que não tem menos autoridade, e que é até, em alguns aspectos, mais importante do que o de Niceia?" (Montini: Carta a Monsenhor Lefebvre, 29 de junho de 1975).

Wojtyla, por sua vez, classificou esta reunião na categoria dos concílios ecumênicos, aos quais todo bom cristão deve obedecer. Segundo ele, o Vaticano II definiu verdades de fé em conexão com a Revelação divina: "Por sua vez, a Sé Apostólica tinha um único objetivo nessas conversas com você [Monsenhor Lefebvre]: promover e proteger essa unidade na obediência à Revelação divina, traduzida e interpretada pelo magistério da Igreja, especialmente nos vinte e um concílios ecumênicos, de Niceia ao Vaticano II" (carta de Wojtyla a Monsenhor Lefebvre, 9 de junho de 1988). Segundo Montini e Wojtyla, o Vaticano II é um concílio ecumênico que desfruta da mesma autoridade e infalibilidade que os concílios ecumênicos de Niceia, Calcedônia, Constantinopla, Latrão, Trento e Vaticano I.

Revision #2
Created 3 July 2024 02:42:24 by Admin
Updated 3 July 2024 02:43:12 by Admin